

UM CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DO ECONÔMICO¹

*Cassiano Ricardo Martines Bovo**

Resumo

O presente artigo visa à reflexão em torno da concepção tradicional de desenvolvimento, calcada nos indicadores econômicos e sociais. Propõe-se a busca de novos ingredientes, no sentido da ampliação do conceito, através de inspiração no chamado novo paradigma.

Palavras-chave

Desenvolvimento, subdesenvolvimento, cartesiano, novo paradigma, integração, complexidade.

Introdução

Há algumas décadas, as ciências, seguindo o rastro de Einstein, vêm sendo revolucionadas por novas idéias que têm questionado a concepção científica predominante,

1. O autor agradece as valiosas sugestões e comentários de Wagner Lopes Sanchez, Marlene Oliveira Souza e Tadeu Silvestre da Silva.

* *Cassiano Ricardo Martines Bovo* é professor da Faculdade São Luís, das Faculdades Oswaldo Cruz e UNIP, é mestre em Economia pela PUC-SP e doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP.

de cunho cartesiano. A Física Quântica, a Teoria dos Sistemas, a Teoria da Complexidade, dentre outras, apontam para um *novo paradigma*², alimentado e aperfeiçoado por cientistas-pensadores, tais como Fritjof Capra, David Bohm, Humberto Maturana, Ilya Prigogine, Edgar Morin, James Lovelock etc., das mais variadas áreas do conhecimento.

Por outro lado, entendemos que a concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento predominante, que se concentra no crescimento econômico e nos indicadores sociais — em que pese sua importância —, é ainda limitada. Buscamos um conceito de desenvolvimento amplo, que dê conta da riqueza dessa problemática.

Acreditamos que o *novo paradigma* pode ajudar-nos nessa empreitada e, no presente trabalho, procuramos contaminar o conceito de desenvolvimento com essas idéias, de modo que se vislumbre outro olhar em relação ao conceito em questão. Trata-se de uma reflexão sobre novas possibilidades e não uma definição pronta e acabada.

Na primeira parte, tratamos do conceito tradicional de desenvolvimento, que costuma abarcar o econômico e o social.

Em seguida apresentamos, sucintamente, algumas das teorias do *novo paradigma*, quais sejam, a Física Quântica, a Teoria dos Sistemas e a Teoria da Complexidade — estabelecendo, quando necessário, a comparação com o paradigma cartesiano —, que julgamos mais úteis para nossos objetivos.

Por fim, refletimos em torno da ampliação do conceito de desenvolvimento, enriquecendo-o com algumas idéias-chave do novo paradigma, basicamente a integração, a complexidade e a incerteza.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma abordagem preliminar

...é preciso rejeitar o conceito subdesenvolvido do desenvolvimento que fazia do crescimento tecno-industrial a panacéia de todo desenvolvimento antro-po-social, e renunciar à idéia mitológica de um progresso irresistível que cresce ao infinito.
(Edgar Morin)

O termo desenvolvimento é largamente utilizado pelas pessoas quando tratam dos mais variados assuntos. Em geral, entende-se de-

2. Entendemos como *paradigma* um conjunto de princípios articulados por uma relação lógica (Morin, 1990, p. 85).

envolvimento como um desdobramento do crescimento, mas um crescimento muito especial, porque centra-se na qualidade. Os discursos dos economistas são recheados pelo termo desenvolvimento, no entanto, ele é utilizado com os mais variados significados. Muitas vezes um economista ao dizer *neste ano o país vai desenvolver-se*, está, na verdade, querendo dizer que o país vai crescer — esse é o uso mais comum, aquele que confunde crescimento com desenvolvimento. Cada um tem se apropriado do conceito da forma que bem entende, associando-o a significados muito variados.

Freqüentemente, o termo desenvolvimento é relacionado a outra área do conhecimento, por exemplo, desenvolvimento econômico (o mais usual), desenvolvimento social, desenvolvimento cultural etc. Pretendemos mostrar que desenvolvimento, nesta abordagem, é um conceito tão rico e complexo que não faz sentido quando associado dessa forma restrita, pois ele abarca *todas* as áreas do conhecimento e todos os saberes *conjuntamente*.

O desenvolvimento existe pela referência ao subdesenvolvimento; países são chamados de desenvolvidos porque outros são intitulados de subdesenvolvidos ou, em muitos casos, em desenvolvimento. Isto posto, quando nos referimos a um, implicitamente estamos nos referindo ao(s) outro(s).

Parcela significativa dos economistas — a prática o demonstra, mesmo que afirmem o contrário — utilizam o termo desenvolvimento com uma conotação quantitativa e materialista, colocando o crescimento econômico no centro, como fator determinante, daí a forte aura economicista que cerca o conceito. As seguintes citações, de um mesmo autor, referindo-se ao desenvolvimento — que ele chama de econômico — são comuns:

...consideraremos crescimento como incremento do produto por habitante com todas as modificações estruturais que o acompanham. O desenvolvimento será entendido como o crescimento acelerado, registrado por país subdesenvolvido, com o objetivo de eliminar o atraso econômico³.

Para país desenvolvido serão aceitos como sinônimos país industrializado e de economia madura. A denominação país em vias

3. João Paulo de Almeida Magalhães, *Paradigmas econômicos e desenvolvimento — a experiência brasileira*, p. 1.

*de desenvolvimento será reservada para aqueles em processo de eliminação do seu atraso econômico.*⁴

Nas duas citações, o autor *restringe* o conceito de desenvolvimento ao econômico. Essa é a visão, também, do atual governo FHC, que cria um Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio que, logo no nome, já reduz o desenvolvimento ao aspecto puramente econômico. Isso fica evidente, observando a seguinte nota do *Jornal do Brasil*:

*Ao fazer o comunicado, Fernando Henrique disse que Lafer é um homem de sua 'confiança pessoal', que tem 'diálogo com o setor produtivo brasileiro e respeito da área econômica do governo' (...) Fernando Henrique se antecipou ao anúncio de seu novo Ministério, marcado para hoje, às 11h, por achar 'muito importante que o próprio presidente da República mostre a sua satisfação por ter encontrado um ministro capaz de reunir as condições para que nós, nesta quadra nova do Brasil, possamos divisar um futuro de crescimento econômico, um futuro de produção, e que seja um futuro de responsabilidade.'*⁵

O discurso do Presidente da República trata de crescimento econômico, produção, setor produtivo etc., mas não aparece a saúde, a educação etc. É a reprodução da tão malhada e generalizada visão puramente economicista e, portanto, restrita.

Nessa visão, o PIB — a *vaca sagrada* dos economistas, segundo Furtado (1974, p.115) — assume papel de extrema relevância, a ponto de muitos economistas, estudiosos, relatórios etc. utilizarem o PIB per capita⁶ como indicador a demarcar o grau de desenvolvimento de um país. Não há dúvidas quanto ao fato dos países ditos mais desenvolvidos apresentarem elevados níveis de PIB per capita, no entanto, nem sempre um país com alto PIB per capita é desenvolvido. Essa abordagem causa as seguintes distorções:

*Apesar de o Brunei ter o produto interno bruto (PIB) per capita mais elevado do mundo, com 31,165 dólares, ocupa o 35º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano medido no Relatório*⁷.

4. *Op. cit.*, p. 2.

5. *FH anuncia Lafer para a pasta do Desenvolvimento*, JB on line, 23/12/98.

6. PIB per capita de um país = PIB/população total

7. *O Canadá continua a ocupar o primeiro lugar no índice mundial de desenvolvimento humano*, Internet, p.2. Trata-se do Relatório do Desenvolvimento Humano de 1998, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Aqueles que pretendem criar uma classificação entre os países, se o fizerem utilizando o PIB per capita, perceberão que o Canadá encontra-se em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (voltaremos ao assunto adiante), mas em 9º lugar em termos de PIB per capita, em 1998. Em termos de PIB per capita, o Canadá perde para o Kweit, que, no entanto, está em 54º lugar no IDH. Os Emirados Árabes Unidos classificam-se em 23º lugar em PIB per capita, mas em 48º lugar no IDH. Essas distorções acontecem porque o PIB per capita é um indicador que expressa a participação na renda de cada habitante de um país, se a renda *fosse* igualmente distribuída, fato que nunca aconteceu em país algum, inclusive os chamados socialistas.

Os economistas marxistas e os da CEPAL⁸ — que muitas vezes se confundem — foram, talvez, os primeiros a questionar esse tipo de abordagem redutora e materialista em relação ao conceito de desenvolvimento. Eles passaram a incorporar a estrutura, as disparidades regionais, a distribuição dos frutos do crescimento entre a população, dentre outros aspectos. A seguinte citação de economistas da CEPAL indica novos ingredientes em relação ao tema:

*O subdesenvolvimento é uma situação, um estado, ou condição específica, singularizado por numerosos elementos econômicos e sociais que, ao se combinarem, constituem uma estrutura econômico-social característica*⁹.

A nosso ver, um dos economistas — pertencente à CEPAL em seus áureos tempos — que acena para ampliação do conceito de desenvolvimento é Celso Furtado¹⁰, que busca desmistificar a idéia de que o crescimento econômico, exclusivamente, seja capaz de desenvolver um país (Furtado, 1974). Temos o exemplo brasileiro, de seu “milagre econômico” no período do regime militar (talvez milagre para as elites), em que o país nunca cresceu tanto, mas a miséria cresceu mais ainda¹¹.

8. Comissão Econômica para América Latina

9. Aníbal Pinto, Carlos Fredes e Luiz Cláudio Marinho, *Curso de Economia*, p. 107. Grifos nos original

10. A obra de Celso Furtado sobre o desenvolvimento é reconhecida internacionalmente, o que o coloca como uma das maiores autoridades sobre o assunto. Veja-se, por exemplo, o clássico *Teoria e política do desenvolvimento econômico*.

11. Alguns exemplos no âmbito do PNUD mostram países que evoluíram em termos de indicadores de desenvolvimento apresentando queda de renda, demonstrando o papel crucial que joga a desconcentração da renda. Distribuir os frutos do crescimento econômico é um dos principais desafios do processo de desenvolvimento.

Não há como negar que crescimento econômico, processo de industrialização e, enfim, a estrutura econômica, são importantes; todavia, estamos negando a *desproporção* na abordagem; entendemos que os indicadores e a estrutura econômica constituem-se em *alguns* dos ingredientes, junto a muitos outros, na abordagem do conceito de desenvolvimento. De acordo com Bernardo Kliksberg:

As evidências mostram que, para um país, é imprescindível alcançar uma estabilidade econômica e o equilíbrio financeiro, melhorar sua competitividade e aumentar o produto interno bruto, mas isso não se derrama automaticamente. Pelo contrário, os indicadores anteriores podem melhorar e, ao mesmo tempo, continuar deteriorando-se ou permanecer inalterada a situação dos setores mais desfavorecidos¹²

Entendemos que há considerável avanço quando os economistas inserem os indicadores sociais nos ingredientes do desenvolvimento. Os indicadores mais utilizados — que se encontram nos *Relatórios do Banco Mundial* — são: expectativa de vida ao nascer, analfabetismo de adultos, distribuição da renda, acesso à água potável, ao saneamento básico, acesso a serviços médicos, taxa de mortalidade infantil, participação das mulheres que chegam ao curso secundário, acesso ao ensino superior, desnutrição, coeficiente alunos/professores de 1º grau, dentre muitos outros, dependendo dos objetivos do pesquisador.

Esses indicadores, vistos de forma *integrada*, são muito mais representativos do grau de desenvolvimento, na medida em que eles nos dão uma idéia (desde que a metodologia utilizada seja séria) do padrão de vida da população do país, isto é, expressam de forma mais fiel suas condições de sobrevivência (aproximando-se da idéia de qualidade que cerca o conceito de desenvolvimento).

Com o intuito de sintetizar os indicadores sociais e avançar na determinação do nível de desenvolvimento dos países, o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) criou o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), já citado, que descarta o PIB per capita ou o crescimento econômico como determinantes do desenvolvimento:

Segundo os autores do Relatório, ‘o desenvolvimento humano’ é definitivamente ‘um processo de ampliação das opções das pesso-

12. Bernardo Kliksberg, *Repensando o Estado para o desenvolvimento social*, p. 22.

as' na sua vida quotidiana. 'O conceito de desenvolvimento humano proporciona uma alternativa à análise do desenvolvimento, vinculada exclusivamente ao crescimento econômico', acrescentam os autores.

*O Relatório demonstra que a renda per capita elevada não é uma garantia de progresso humano. Os indicadores humanos (a saúde, a nutrição, a educação, o acesso à água potável e ao saneamento básico) devem ser analisados com a mesma seriedade com que se analisa os indicadores financeiros e econômicos*¹³.

O IDH é uma combinação de três indicadores: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos junto à taxa de matrícula combinada nos três níveis de ensino e, enfim, o PIB per capita ajustado para diferenças no custo de vida de cada país, sendo o resultado expresso em PPP\$ (dólar da paridade do poder de compra)¹⁴. O PNUD divulga um ranking com a colocação dos países; a título de curiosidade, em 1998, num universo de 174 países, o Brasil situava-se em 62º lugar.

Outro indicador do PNUD é o *Índice de Pobreza Humana* (IPH), criado em 1997, para os países do Terceiro Mundo, composto pelos seguintes indicadores: curta duração da vida (o percentual da população, em cada país, cuja expectativa de vida não atinge os 40 anos), falta de educação elementar (o percentual da população analfabeta) e falta de acesso aos recursos públicos e privados (medida como uma percentagem composta das pessoas com falta de acesso aos serviços de saúde, água potável e nutrição razoável).

Outra faceta do subdesenvolvimento é o elevado nível de concentração pessoal da renda¹⁵. Os dados a respeito da péssima distribuição da renda pessoal no Brasil aparecem, de forma simplificada, na tabela abaixo:

13. *O Canadá continua a ocupar o primeiro lugar no índice mundial de desenvolvimento humano*. Internet, p. 2.

14. *O último relatório do desenvolvimento humano mede as carências humanas e o desenvolvimento para países de todo o mundo*, Internet, p. 4.

15. Um dos indicadores mais utilizados para medir a distribuição da renda é o Índice de Gini. Quanto à sua metodologia, veja-se os relatórios do Banco Mundial e Vasconcellos et alli (1996, pp. 67-69). O Brasil é tradicional campeão em relação a esse indicador.

*Distribuição pessoal da renda no Brasil — decis da população
com 10 anos ou mais de idade, com rendimentos.*

Fontes: Relatórios do Banco Mundial, Cano (1998, pp. 252-253) e vários institutos de pesquisa brasileiros.

Cada linha da tabela representa 10% da população economicamente ativa do país (PEA), sendo que a linha mais alta representa os 10 % mais pobres da população, aumentando progressivamente até chegar aos 10 % mais ricos, representados na última linha. Em 1960 a distribuição da renda no Brasil já era bastante concentrada, enquanto os 10% mais pobres da PEA auferiam 1,2 % de toda renda gerada na economia, os 10% mais ricos, auferiam 39,7 %. Dez anos depois, em pleno *milagre econômico* (1970), a renda se concentrou mais ainda, os mais pobres ficando com 1,1 % da renda e os mais ricos passando a 47,8 % da renda. Observa-se que *todos* os extratos perderam participação na renda, com exceção dos 10 % mais ricos, que receberam o que todos os demais perderam; houve redistribuição concentradora de renda. Observa-se, também, que, de 1970 para cá, esse padrão de concentração pouco se alterou, de forma que os 10 % mais ricos se apropriam de, praticamente, metade da renda gerada na economia.

Outra leitura da distribuição da renda pode ser feita através da apropriação entre — grosso modo — as classes sociais. A tabela abaixo, simplificada, compara Brasil e E.U.A.

Distribuição Funcional da Renda — em %

Fonte: Wilson Cano. *Introdução à economia — uma abordagem crítica*, p. 237)¹⁶

Observa-se — apesar da precariedade dos dados — que a distribuição funcional dos Estados Unidos se tornou quase que inversa a do Brasil, de 1960 para 1980. Os dados indicam o efeito nefasto do regime militar, nesse aspecto. A gravidade da situação no Brasil é evidente se levarmos em consideração que os EUA têm parcela considerável de sua população vivendo de forma precária. A concentração da renda da propriedade, como se observa no Brasil, denota, por outro caminho, que a grande maioria da população — assalariados — tem pouco acesso a maior parte da renda gerada na economia.

Ainda em relação à distribuição da renda, a disparidade regional é outra característica dos países subdesenvolvidos. A grande maioria dos países sofre dessa disparidade em algum grau (veja-se o sul e o norte da Itália, para ficarmos nos ditos desenvolvidos), mas os países considerados subdesenvolvidos apresentam diferenças gritantes, como por exemplo se compararmos o Sudeste e o Nordeste brasileiro, e mesmo dentro da região Sudeste, os bolsões de pobreza em meio à opulência. A *coexistência* de pobreza e riqueza em setores territoriais (um bairro, uma cidade, um Estado, uma região) de um mesmo país é uma das principais características do subdesenvolvimento, gerando a *onda da dualidade* do subdesenvolvimento, no âmbito dos economistas da CEPAL, principalmente nas décadas de 60 e 70.

16. O autor em questão utilizou-se de várias fontes, conforme a obra citada.

Cada vez mais cresce a convicção de que a melhoria dos indicadores sociais tem amplas repercussões não apenas sobre as condições de vida da população, mas, num horizonte de tempo maior, sobre o próprio desempenho econômico do país, como atesta Kliksberg:

*Vem-se firmando a convicção de que não é adequado pensar todo o processo em termos da resolução de uma dimensão isolada das outras, mas sim que existe uma inter-relação básica entre elas. O desenvolvimento social parece, na experiência concreta, um processo vital para que possa existir um desenvolvimento econômico sustentado*¹⁷.

*...uma empresa que investe, hoje, na educação de seus integrantes, obtém uma taxa de retorno sobre o investimento duas vezes maior àquela investida em instalações e equipamentos.*¹⁸

Apesar do enriquecimento da abordagem do desenvolvimento possibilitado pelos indicadores sociais (sem negar a importância dos indicadores econômicos), entendemos que o conceito ainda fica limitado se não considerarmos outros ingredientes, que serão abordados nas próximas partes.

Um novo paradigma

*Ouçõ nos gritos que os adultos dão,
E nos gritos de medo do inocente,
Em cada voz, em cada interdição,
As algemas forjadas pela mente.*
(William Blake)

O *paradigma cartesiano* tem os seus pilares no método analítico-dedutivista de René Descartes, no empirismo de Francis Bacon e na síntese de ambos, realizada por Isaac Newton. Não pretendemos analisar o paradigma cartesiano neste trabalho, mas podemos dizer que *mecanicismo, fragmentação, parcelarização, matematização*¹⁹ são suas

17. Bernardo Kliksberg, *Pensando o Estado para o desenvolvimento social*, p. 33.

18. *Op. cit.*, p. 25. O autor se inspirou nos estudos de Lester Thurow.

19. *Um tal conhecimento baseava necessariamente o seu rigor e a sua operacionalidade na medida e no cálculo; mas, cada vez mais, a matematização e a formalização desintegraram os seres e os existentes para apenas considerarem como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas.* Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*, p. 17.

marcas registradas. A ciência econômica, basicamente a partir de meados do século XIX, foi — e continua — contaminada por essa visão de mundo expressa na excessiva matematização, na obsessão pela idéia de equilíbrio, na análise parcelada e desintegrada.²⁰ O consagrado *ceteris paribus* da Economia é a expressão de uma simplificação herdada da concepção newtoniana. Como desdobramento disso, a abordagem do desenvolvimento é, também, plasmada pelo cartesianismo.

É inegável o avanço possibilitado pelo paradigma cartesiano, no entanto, algumas descobertas do chamado *núcleo duro* das ciências (Física, Química etc.), consubstanciadas em novas idéias e teorias têm colocado em cheque *certezas inquestionáveis* por aproximadamente três séculos²¹.

Uma dessas descobertas está na *Física Quântica* e remonta às idéias de Einstein. Os estudos em relação aos átomos e os quanta (partículas de luz) — praticamente os menores elementos da matéria — levou os físicos quânticos a descobrirem que esses elementos não possuem forma definida e são altamente mutáveis, mudando rapidamente de posição, ao contrário do que pregava a física newtoniana. Descobriu-se, também, que a transformação e a velocidade desses elementos dependem da interação com o observador e o aparelho que está sendo utilizado na pesquisa. Conclui-se que os átomos (principalmente os seus componentes chamados elétrons) são altamente mutáveis, o que desaba a *certeza*, a *imutabilidade* e o *determinismo*, bases da ciência cartesiana. Procuramos expressar essas idéias através de duas citações de Capra:

*Em nível subatômico, a matéria não existe com certeza em lugares definidos; em vez disso, mostra 'tendências para existir', e os eventos atômicos não ocorrem com certeza em tempos definidos e de maneiras definidas, mas antes mostram 'tendências para ocorrer'*²².

Um elétron não é uma partícula nem uma onda, mas pode apresentar aspectos de partícula em algumas situações e aspectos

20. Essa visão não escapou sequer à Sociologia, como, por exemplo, Pareto, que buscava o equilíbrio matematizado nas relações sociais (*ótimo de Pareto*)

21. Chama atenção o fato do *novo paradigma* não ter surgido do chamado *núcleo leve* (humanas, sociais etc.) das ciências, tradicionalmente mais propenso às *aberturas*. De qualquer forma, o fato desse conjunto de novas idéias ter surgido no centro do mundo cartesiano evidencia a magnitude e a importância de tal movimento.

22. Fritjof Capra, *O ponto de mutação*, p. 74.

de onda em outras. Enquanto age como partícula, é capaz de desenvolver sua natureza ondulatória às custas de sua natureza de partícula, e vice-versa, sofrendo assim transformações contínuas de partícula para onda e de onda para partícula. Isso significa que nem o elétron nem qualquer outro 'objeto' atômico possuem propriedades intrínsecas, independentes do seu meio ambiente. As propriedades que ele apresenta — semelhante a partícula e semelhante a onda — dependem da situação experimental, ou seja, do aparelho com que o elétron é forçado a interagir²³.

Essas descobertas, que deixam os cientistas perplexos até hoje, possibilitam o reconhecimento da *incerteza* e da *indeterminação* nas ciências. Morin coloca de forma bastante provocadora:

...a consciência da complexidade faz-nos compreender que não poderemos nunca escapar à incerteza e que não poderemos nunca ter um saber total. 'A totalidade é a não-verdade'²⁴.

Outra descoberta importante, para os nossos propósitos, é a chamada *Teoria dos Sistemas* (início do século XX). A Teoria dos Sistemas encara cada componente da natureza como um *sistema*, com vida e dinâmica muito próprias, mas *interagindo* com outros *sistemas*. No pensamento cartesiano os sistemas não realizam troca e conexões, no âmbito da Teoria dos Sistemas os sistemas são abertos, isto é, *trocam* (doam e recebem) com os demais. Parte-se de sistemas menores dentro de sistemas maiores, até chegar a um *ecossistema*. Um tigre na natureza pode ser entendido como um sistema que interage com outros sistemas (os outros tigres, as suas presas, um lago etc.); todos eles, de forma integrada, levam a um sistema maior que é a selva em que eles vivem. Da mesma forma, cada ser humano é um sistema que interage com outros sistemas (outros seres, inclusive os humanos), o que nos parece de extrema relevância para a noção de desenvolvimento, conforme abordaremos na próxima parte. Capra faz uma analogia com redes que formam teias, para mostrar as relações existentes entre os sistemas:

Na visão mecanicista, o mundo é uma coleção de objetos. Estes, naturalmente, interagem uns com os outros, e portanto há rela-

23. *Op. cit.*, p. 73.

24. Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*, p. 100.

*ções entre eles. Mas as relações são secundárias (...) Na visão sistêmica, compreendemos que os próprios objetos são redes de relações, embutidas em redes maiores. Para o pensador sistêmico, as relações são fundamentais*²⁵.

A Teoria dos Sistemas tem na *integração* — fundamental na nossa abordagem do desenvolvimento — a sua essência. Contrariamente à concepção cartesiana, que busca entender o todo pelas partes; a Teoria dos Sistemas busca entender o *todo* e as *partes* conjuntamente²⁶; enfatiza-se as *relações* e as *conexões*, dentro do espírito de Pascal:

*Sendo todas as coisas causadas e causantes, auxiliadas e auxiliantes, mediatas e imediatas, e mantendo-se todas elas por meio dum vínculo natural e insensível que une as mais afastadas e as mais diferentes, julgo impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer as partes em particular.*²⁷

A Teoria dos Sistemas nos faz pensar em torno da *transdisciplinaridade*, que vai além da interdisciplinaridade, que ainda fica na separação para depois juntar. A transdisciplinaridade envolve o todo integrado. Exemplificando, sob essa ótica, a medicina é entendida próxima à homeopatia, à antroposofia e à medicina tradicional chinesa, que vêem o corpo humano de forma integrada, a começar pela relação mente x corpo; o sistema acadêmico-científico, nos cursos e disciplinas, seria muito mais integrado, pois o conhecimento não é separado, o homem o separa na vã pretensão de controlá-lo; a Economia seria menos parcelada, mais integrada com outras áreas do conhecimento, menos matematizada, menos determinista e daria vazão à incerteza, ao acaso e aos desequilíbrios do mercado²⁸.

25. Fritjof Capra, *A teia da vida*, p. 47.

26. Veja-se o *princípio do holograma* (Morin, 1990).

27. Epígrafe de Edgar Morin. *O método I — a natureza da natureza*. Quando o paradigma cartesiano afirma *a soma das partes é igual ao todo*, o *novo paradigma* afirma *O todo é mais do que a soma de suas partes*. Fritjof Capra. *A Teia da vida*, p.38.

28. Antes que nos chamem de romântico ou utópico, é importante registrar que essas idéias foram gestadas por cientistas de reconhecimento comprovado, conforme apontamos na *Introdução*, alguns deles ganhadores do Prêmio Nobel. Capra (1975) mostra que os princípios do *novo paradigma* eram conhecidos há milênios, por algumas filosofias orientais (taoísmo, budismo, zen-budismo, hinduísmo) e por alguns filósofos gregos pré-socráticos (Heráclito, Demócrito etc.).

Outra grande contribuição da Teoria dos Sistemas para a abordagem do desenvolvimento é a preocupação com o *meio ambiente*. Ela mostra que as ações dos homens no meio ambiente afetam todos os seres da natureza (*sistema aberto*) e, portanto, a devastação ambiental traz sérios problemas ao próprio ser humano, principalmente às gerações futuras. Nessa perspectiva, o *novo paradigma* recoloca a natureza na ciência, ele é *ecocêntrico*, entendendo que o homem é (interage junto) a natureza — em oposição à visão de mundo cartesiana, chamada de *antropocêntrica*, em que o homem é visto separado da natureza, buscando dominá-la.

Outra teoria importante, no âmbito do *novo paradigma*, é a *Complexidade*, desenvolvida por Edgar Morin (1990). A complexidade — que se opõe à *simplificação* — engloba a complicação, mas não se esgota nela (Morin, 1990, p.101). A complexidade tem a *contradição* — rejeitada pelo paradigma cartesiano — no seu epicentro. A contradição é irmã do acaso, da incerteza e da indeterminação do *novo paradigma*. Como afirma Morin:

Na visão clássica, quando aparece uma contradição num raciocínio, é um sinal de erro. É preciso fazer marcha atrás e tomar um outro raciocínio. Ora, na visão complexa, quando se chega por vias empírico-rationais às contradições, isto significa não um erro, mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente porque é profunda, não pode ser traduzida para a nossa lógica²⁹.

A complexidade *une* e *convive* com os opostos; a ordem e a desordem, a integração e a desintegração, a vida e a morte etc., ao invés de jogá-los fora em prol de uma falsa solução³⁰. O paradigma da complexidade está, na verdade, resgatando a filosofia chinesa milenar do *Tao*, embasada no princípio yin e yang, opostos que coexistem.

Juntando as descobertas da *Física Quântica*, da *Teoria dos Sistemas* e da *Complexidade*, cremos que podemos voltar a refletir em torno do conceito de desenvolvimento.

29. Edgar Morin, *Introdução ao pensamento complexo*, p. 99.

30. Essa colocação de Morin (1990, p. 91) é típica do *novo paradigma*: *Vemos como a agitação, o encontro com o acaso são necessários à organização do universo. Pode dizer-se do mundo que é ao desintegrar-se que se organiza. Eis uma idéia tipicamente complexa.*

Uma concepção integrada do desenvolvimento

A pressa por 'desenvolver-se', ademais, faz-me pensar em uma desenfreada carreira para chegar mais cedo do que os outros ao inferno. (Octávio Paz)

Entendemos que o conceito de desenvolvimento que abarca apenas o econômico e o social, em que pese sua importância, torna-se limitado e, principalmente, determinista, como se as questões econômicas e sociais fossem as mais importantes:

Por muitos anos, acreditou-se que a maneira mais eficiente de se reduzir a pobreza e a desigualdade social era através do crescimento econômico acelerado. Contudo, a evidência empírica tem demonstrado que, embora um elevado crescimento econômico seja uma condição necessária, não se constitui, porém, numa condição suficiente para se reduzir a pobreza e a desigualdade social.³¹

Se nos espelharmos na *Teoria dos Sistemas*, que afirma *tudo* estar *interligado*, chegamos a três conclusões. Em primeiro lugar, muitos outros *ingredientes* devem ser adicionados à abordagem do conceito, uma vez que o cotidiano dos seres humanos envolve muito mais que o econômico e o social. Em segundo, todos os ingredientes devem ser vistos *conjuntamente* — lembremos das conexões. Em terceiro, não há questão mais ou menos importante, na medida em que se dá ênfase ao *tudo*.

Em vista do exposto acima e baseando-nos no *novo paradigma*, buscaremos uma leitura do conceito de desenvolvimento centrada em quatro idéias-chave, que estarão permeando nossa argumentação: a *ampliação*, a *integração*, a *incerteza* e a *complexidade* (aqui entendida no sentido da *Teoria da Complexidade* e não no sentido vulgar), objetivando o enriquecimento do conceito.

Como ponto de partida, entendemos que abordar o subdesenvolvimento como se os países não tivessem *história* e viessem do nada, implica mutilar o conceito, na medida em que se trata de um *processo*. A *Teoria da Dependência* — de Celso Furtado, Caio Prado Junior,

31. Shadid Burki e Sebastián Edwards, *América Latina y la crisis mexicana: nuevos desafíos*, in Bernardo Kliksberg, *Repensando o Estado para o desenvolvimento social*, p. 22.

André Gunder Frank, Samir Amin, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso etc. — nos ajuda neste sentido. Essa teoria mostra que muitos dos países atualmente chamados de subdesenvolvidos, outrora foram colônias de exploração e, portanto, submetidos à voracidade expropriadora das metrópoles³². Prado Junior, referindo-se ao Brasil, afirma:

*Este início, cujo caráter manter-se-á dominante através dos séculos da formação brasileira, gravar-se-á profunda e totalmente nas feições e na vida do país*³³.

Considere-se a contribuição de Rosa Luxemburg (1988)³⁴, ao abordar os mecanismos usados pelos franceses na dominação do norte da África, no início do século XX.

Autor de destaque nessa empreitada é Celso Furtado (1968) — o qual nunca descartou a história nas suas análises do subdesenvolvimento —, que nos mostra o processo de implantação — dual — da tecnologia nos países subdesenvolvidos. As regiões colonizadas receberam tecnologia evoluída — para o padrão da colônia —, porém os seus frutos (isto é, a elevação da produtividade) foram apropriados por uma minoria — elite — e em apenas algumas regiões. Os lucros resultantes dessas atividades eram, em parte, utilizados para obtenção de produtos importados e quando produzidos localmente, pouco tinham a ver com a maioria da população, que não tinha acesso a esses produtos. Assim, os ganhos tecnológicos não se espalharam de forma homogênea entre as regiões do país e, principalmente, entre as classes sociais. Esses países já iniciaram *desequilibrados* em termos de distribuição da renda, o que gerou conseqüências conhecidas por todos, até os dias de hoje.

Os países subdesenvolvidos acabaram se especializando em produtos primários de exportação e, geralmente, importando bens de consumo duráveis e de capital dos países industrializados, sofrendo, portanto, a chamada *deterioração dos termos de troca*, em função da sofisticação dos produtos de alta tecnologia produzidos pelos países industrializados e pelo seu controle de mercado sobre as matérias-primas.

32. Essa comparação ajuda-nos a entender — em parte — como os E.U.A. e a Índia, que foram colonizados pelo mesmo país (Inglaterra), sofreram desdobramentos tão diferentes. Os E.U.A. foram uma colônia de povoamento e a Índia uma colônia de exploração.

33. Caio Prado Junior, *História econômica do Brasil*, p. 23.

34. Veja-se a Seção III (*As condições históricas da acumulação*).

Em que pese todo o processo de industrialização encetado pelos países subdesenvolvidos, o fosso entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos — relação *centro-periferia* — continua a se alargar nas últimas décadas.

Trata-se de determinismo e simplificação acreditar que a dependência histórica torna um país, para sempre, subdesenvolvido. Ela nos possibilita perceber porque alguns países saem na frente dos outros, mas vários fatores de ordem externa e interna — inclusive a correlação de forças entre as *classes sociais* e o papel do *governo* — explicam o processo.

Uma vez realçado o aspecto histórico, cumpre destacar que o conceito de desenvolvimento visto sob um ângulo *ampliado e integrado* precisa incorporar a questão ecológica. Se os obstáculos ao desenvolvimento sempre envolveram muitas barreiras a serem transpostas, a dificuldade aumenta quando pensamos na necessidade de buscá-lo preservando o meio ambiente, o chamado *desenvolvimento sustentável*³⁵. A preocupação com a preservação ecológica não é fruto de uma obsessão dos ecologistas, como querem alguns, mas sim a constatação — científica — de que a deterioração do meio ambiente coloca em risco não só as gerações futuras, mas também a *nossa* geração, expressa nos seguintes problemas, dentre outros: poluição da água (mares, rios e lagos) e do ar, o processo de desertificação em curso, com a perda de áreas até então cultiváveis (aliado ao enfraquecimento e esgotamento do solo), além da própria falta de água para consumo (pela seca de fontes ou pela poluição), o aquecimento do planeta, com o efeito estufa, a degradação da camada de ozônio, a radioatividade, o problema do lixo (inclusive o atômico), a devastação de áreas verdes, principalmente florestas, ameaçando espécies em extinção³⁶.

A *Teoria dos Sistemas* é o cerne da questão ecológica; pensemos o mundo como um *sistema aberto* e vejamos que os países ricos são responsáveis pela devastação que ocorre nos países pobres, dado que 80 % dos recursos extraídos no planeta são consumidos por 20% da população mundial dos países ricos, além da atuação das multinacionais nos países pobres. Como afirma Furtado:

35. As principais definições de desenvolvimento sustentável apontam para o desenvolvimento (alguns utilizam o termo crescimento) que utiliza os recursos de forma a deixar o suficiente para as gerações futuras. Veja-se Hendersen (1995).

36. Veja-se o Relatório do Banco Mundial de 1992 e Capra (1982), no capítulo *O lado sombrio do crescimento*, a questão dos efeitos dos adubos e fertilizantes químicos.

*Não podemos escapar à evidência de que a civilização criada pela Revolução Industrial aponta de forma inexorável para grandes calamidades. Ela concentra riqueza em benefício de uma minoria cujo estilo de vida requer um dispêndio crescente de recursos não-renováveis e que somente se mantém porque a grande maioria da humanidade se submete a diversas formas de penúria, principalmente à fome. Uma minoria dispõe dos recursos não-renováveis do planeta sem se preocupar com as conseqüências para as gerações futuras do desperdício que hoje se realiza.*³⁷

O processo de industrialização — no âmbito do que Furtado (1974) vai chamar de *modernização* — dos países ditos subdesenvolvidos, baseado em padrões de consumo idênticos aos dos países ricos — muitas vezes fora do contexto cultural de muitos povos — aumentou essa pressão. Furtado há algum tempo afirmava, a respeito de estudo feito para o Clube de Roma:

*...que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso*³⁸.

Ainda pensando na Terra como um *sistema aberto*, todos os seres, em alguma medida, sofrem os efeitos dessa devastação, como por exem-

37. Celso Furtado, *Brasil — a construção interrompida*, p. 76. Veja-se neste sentido o excelente artigo *Sobrevivência em risco*, de Gilberto Dupas (*Folha de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1999, *Tendências e Debates*) onde realiza um balanço a respeito do assunto, em função de vários estudos recentes. O autor aponta para as mesmas conclusões de Celso Furtado: *Edward O. Wilson, sociobiólogo de Harvard ‘adverte que a maior parte da pressão destruidora sobre o nosso ecossistema vem de um pequeno número de países desenvolvidos. No entanto, suas fórmulas de prosperidade estão sendo vivamente adotadas como objetivo pelo resto do mundo. O que conduz a uma impossibilidade matemática.’*

38. Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico*, p.19. Em várias ocasiões, no presente artigo, relacionamos a obra de Celso Furtado com o *novo paradigma*. Entendemos ser Celso Furtado um pensador que incorpora muitas das concepções do *novo paradigma*, embora, ao que nos parece, ele mesmo nunca tenha teorizado a

plô algumas cidades do Chile, em que o índice de doenças de pele, principalmente o câncer, é bem maior que a média, em função da abertura brutal da camada de ozônio naquela região, o que faz chegar o raio infravermelho sem qualquer proteção.

A devastação ambiental nos leva a pensá-la como uma questão essencialmente *complexa*, tendo em vista que o mesmo crescimento econômico que causa benefícios materiais e inegavelmente melhor padrão de vida, é capaz de destruir outros seres humanos, além da fauna e da flora, isto é, da *vida*; trata-se de um crescimento que é criador e destruidor. Isso nos leva a repelir idéias que implicam opor pobreza e preservação ambiental, como se tivéssemos que escolher uma em detrimento da outra. A eliminação da pobreza convive e é uma das mais poderosas armas de preservação ambiental, na medida em que — caso típico do Brasil nas regiões de mananciais — a falta de recursos da população carente pressiona a obtenção de recursos (terra, matérias-primas etc.) e geração de renda em áreas de preservação ambiental. A miséria força as pessoas a morarem nas áreas protegidas da Tijuca (RJ) ou tornar um camponês da Amazônia cortador de árvores para conseguir um ganha-pão.

Ainda o conceito de desenvolvimento ficaria pobre se não *integrássemos* os direitos humanos — termo carregado de mitos e preconceitos. Independentemente da *Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948* (documento base) e das várias declarações decorrentes, tais como pactos, protocolos, convenções, constituições nacionais etc., trata-se de realçar os valores deles implícitos, não por que os homens nascem com esses direitos (*jusnaturalismo*) ou por que está escrito nesses documentos, mas sim pela *dignidade* inerente a todos os seres humanos, pelos *valores* e pela *tolerância*, que possibilitam a convivência pacífica, fraterna e solidária entre os homens³⁹. Como afirma Furtado:

respeito e nem se considere um pensador do *novo paradigma* (inclusive algumas de suas obras aqui citadas são anteriores à elaboração mais sofisticada do *novo paradigma*, o que leva a refletir até que ponto Celso Furtado não foi um visionário, na medida em que antecipa algumas abordagens hoje amplamente utilizadas no âmbito do *novo paradigma*)

39. É importante ressaltar que mesmo os países ditos desenvolvidos violam direitos humanos, basta verificarmos como são tratados os imigrantes e as minorias nesses países. O relatório sobre as violações de direitos humanos nos EUA (*E.U.A: direitos humanos para todos*, Anistia Internacional, outubro/ 1998) denuncia esses fatos.

*A rigor, só se pode falar de desenvolvimento quando o homem dedica o seu potencial criativo à descoberta de si mesmo, enriquecendo o seu universo de valores. O desenvolvimento só é real quando a acumulação material leva à criação de valores adotados por importantes segmentos da coletividade*⁴⁰.

Os direitos humanos (sociais, políticos, civis, coletivos etc.) são essencialmente integrados e, portanto, *transdisciplinares* (motivo a mais para integrá-los ao desenvolvimento); geralmente a violação de um direito acarreta a violação de outros. Por exemplo, o direito à greve (direito político) pode evitar salários desumanos (direito social) e assim por diante.

Mais uma vez nos deparamos com a *simplificação* do argumento utilizado por governos que justificam a ditadura e as violações de direitos humanos, em função da escolha *direitos civis e políticos x crescimento económico*, ou *direitos sociais x direitos civis e políticos* (totalmente oposta à idéia de desenvolvimento que estamos encaminhando); como se fosse possível crescer e/ou melhorar as condições de vida, apenas através de um estado ditatorial (o declínio dos países ditos *socialistas* merece reflexão nesse sentido).

Mais uma vez, como apontamos em relação ao meio ambiente, trata-se de uma questão *complexa*, na medida em que o mesmo crescimento que pode beneficiar alguns, viola direitos de outros. No âmbito da chamada *globalização* assiste-se à perda de direitos duramente conquistados, à deterioração do padrão de vida (chegando muitas vezes à utilização do trabalho infantil em detrimento do adulto, e da escravidão) em nome da eficácia, produtividade, competitividade etc. As grandes potências estão mais preocupadas com os interesses económicos do que a defesa e promoção do direitos humanos⁴¹.

Kliksberg (1998, pp.67-74), analisando o debate atual a respeito do desenvolvimento, coloca que as soluções extremas, só mercado (Estado mínimo) ou só planejamento central, têm fracassado. Segundo o autor, o sucesso de várias experiências está na *participação*, em que

40. VI Conferência François Perroux, Collège de France, Paris, 1994.

41. Os E.U.A. combatem as violações de direitos humanos praticadas pelos sérvios, mas não o fazem em relação ao genocídio praticado, há décadas, pela China — anteriormente sua inimiga — sobre o Tibet.

mercado e Estado⁴² jogam papel fundamental, porém junto com a população envolvida, as ONGs, as empresas, os sindicatos, as universidades, os movimentos etc. Aqui mais uma vez a *integração* é determinante, na medida em que a solução não passa por uma parte apenas (seja o Estado, uma empresa etc.), e sim pela atuação *integrada* de todas as partes, assumindo o Estado o importante papel de coordenador⁴³. Isso vale, também, para a questão ambiental, que envolve consumidores⁴⁴, empresas, ONGs, organizações intergovernamentais (Banco Mundial, BID, etc.), Estado, cimentados pela educação ambiental.

Mais uma vez a *integração* aparece quando Kliksberg (1998) vai abordar a necessidade de uma política social que envolva de forma *integrada* os órgãos, ministérios e secretarias envolvidas, desmontando a idéia de setorialização — diríamos, bastante cartesiana — e de políticas sociais subordinadas à política econômica.

Se tudo isso já envolve uma pitada considerável de *complexidade*, ela aumenta mais ainda se pensarmos no desenvolvimento na chamada *nova ordem mundial, globalização etc.* O mundo está cada vez mais interligado:

*A economia mundial é cada vez mais um todo interdependente: cada uma de suas partes tornou-se dependente do todo, e, reciprocamente, o todo sofre as perturbações e vicissitudes que afetam as partes*⁴⁵.

Pensem nos efeitos da crise asiática sobre a economia brasileira, em fins de 1997; em razão de um acontecimento em outro canto do mundo, em alguns dias, a nossa taxa de juros dobrou. A *incerteza*, que sempre esteve presente no capitalismo, é cada vez maior e tem se expressado nos abalos repentinos causados pela liberdade que os capitais financeiros encontram. A capacidade de se fazer previsões econômicas seguras está seriamente abalada⁴⁶. A *complexidade* mais uma vez está

42. *Ganha peso crescente a idéia de um Estado inteligente, com intervenções estratégicas, de alta eficiência* Bernardo Kliksberg, *Pensando o Estado para o desenvolvimento social*, p. 85.

43. Esse nível de participação e integração pressupõem, também, a descentralização.

44. *O nível do comportamento, estilo de vida e valores individuais.* Hazel Henderson, *Transcendendo a Economia*, p. 222.

45. Edgar Morin, *Terra-pátria*, p. 34.

46. Compare-se as previsões do governo, consultorias e economistas, após a desvalorização cambial brasileira de janeiro de 1999, e as atuais. A obsessão determinista de prever o futuro gera *chutes* que muitos economistas chamam de previsões.

presente, na medida em que se facilitam as comunicações, fortalece a troca de conhecimento e experiências etc., mas a instabilidade e a incerteza aumentam, os problemas sociais se agravam etc. As dificuldades são maiores para os países ditos subdesenvolvidos, que precisam encetar um processo de desenvolvimento nessas condições.

A *complexidade* do conceito de desenvolvimento aumenta mais ainda quando adicionamos a *diversidade cultural*. A idéia de desenvolvimento largamente difundido é ocidental, baseada no progresso (Morin, 1995, p. 83), adequada aos valores ocidentais, que nada têm a ver com a *cultura* de muitos povos.

A antropologia tradicional encarava, há algumas décadas, as culturas muito diferentes da nossa — tribos indígenas, comunidades africanas, da Oceania etc. — como *atrasadas*, concluindo que a civilização ocidental é a mais evoluída. Trata-se, na verdade, de culturas muito distintas, formas muito diferentes de encarar o mundo, com sistemas de valores incomparáveis. Como podemos afirmar que uma cultura é mais evoluída que a outra, quando se trata de formas diferentes de pensar e conviver, cada uma com sua sua visão de mundo e racionalidade? O desenvolvimento *materialista-ocidental* não respeita as diferenças culturais, como afirma Morin:

No resto do mundo, o desenvolvimento tende a completar a desintegração das culturas arcaicas iniciada desde os tempos históricos e prosseguida maciçamente pela colonização. O mundo das culturas nativas, reduzido hoje a 300 milhões de pessoas, está condenado à morte⁴⁷.

Está se medindo o desenvolvimento através das performances tecnológicas (Morin, 1995, p.166) e materialistas, baseadas em padrões de consumo dos países ricos; mas muitos países e povos não escolheram esse caminho e nem por isso são infelizes, o que inviabiliza utilizar os mesmos critérios para países e culturas tão diferentes. Exemplifiquemos com o caso do Tibet, país invadido e arrasado pela China. Abordando pelo olhar ocidental e de forma simplificada, afirmaríamos que o Tibet é um país subdesenvolvido, pois há poucos carros, as pessoas são muito simples e humildes e não vemos fábricas, luxo e produtos supérfluos. No entanto, a filosofia budista tibetana não dá valor para isso tudo, e

47. Edgar Morin, *Terra-pátria*, p. 85.

sim para uma vida simples, saudável, prescindindo apenas do necessário. Se a população tibetana conseguir isso podemos chamá-la de desenvolvida pelos seus padrões (isso não acontece atualmente em função do genocídio que está sendo praticado pela China). É uma sociedade rica em saberes e que tem desejos muito diferentes das sociedades ocidentais.

Assim Furtado aponta para a necessidade de se voltar para dentro, em vez de reproduzir modelos:

*A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto*⁴⁸.

Aqui o grande desafio que se coloca é como crescer respeitando culturas — muitas vezes milenares — tão diferentes; decorrência disso, dentro da visão proposta, é que o conceito de desenvolvimento precisa comportar um grau razoável de *flexibilidade*, que se oponha ao determinismo ocidental, num mundo ainda heterogêneo. Esse respeito, em nossa perspectiva, também é desenvolvimento.

Finalizando, à luz do *novo paradigma*, entendemos que o desenvolvimento refere-se muito mais à formas solidárias de organização social, que respeite as populações envolvidas, do que obras e projetos gigantescos, que dão a falsa impressão de que o país está se tornando poderoso; como afirma Furtado:

*A criatividade humana, hoje orientada de forma obsessiva para a inovação técnica a serviço da acumulação econômica e do poder militar, seria dirigida para a busca da felicidade, esta entendida como a realização das potencialidades e aspirações dos indivíduos e das comunidades vivendo solidariamente*⁴⁹.

Considerações Finais

Procuramos, neste artigo, refletir sobre a possibilidade de utilizarmos alguns princípios norteadores na abordagem do desenvolvimento. Sem determinações, trata-se de buscar um outro olhar sobre o conceito, de forma a transcender o reducionismo e a simplificação da abordagem

48. Celso Furtado, *Brasil — a construção interrompida*, p. 79.

49. *Op. cit.*, p. 77.

convencional, que fica no plano econômico-material e no social. Inspirando-nos nas Teorias Quântica, dos Sistemas e da Complexidade — no âmbito de um *novo paradigma* em emergência — recordemos os princípios que tentamos ressaltar na abordagem proposta.

Em primeiro lugar, trabalhamos com o *todo*, buscando a *ampliação* em relação ao conceito de desenvolvimento. Realizamos essa ampliação incorporando ao econômico e social, a dimensão histórica, o meio ambiente, os direitos humanos, a participação, a diversidade cultural, dentre outros ingredientes que poderiam ser adicionados.

Em segundo, enfatizamos a *integração*; de nada adianta sabermos as partes do todo (aquelas que citamos no parágrafo anterior) se elas são abordadas separadamente. Tratamos das *relações e conexões*. Por exemplo, o meio ambiente relaciona-se com os direitos humanos; se os direitos sociais não são respeitados poderá aumentar a devastação ambiental etc. Como uma *rede*, cada ingrediente está integrado, de tal forma que qualquer um afeta os demais (Teoria dos Sistemas).

Em terceiro, ressaltamos a *incerteza* de um mundo globalizado — em vários sentidos, além do econômico —, que abala a capacidade de previsão e, portanto, dificulta o planejamento e a estratégia na busca do desenvolvimento.

Finalmente, enfatizamos a *complexidade* inerente à junção de tantos ingredientes — reforçada pela incerteza — muitas vezes contraditórios (contradição a ser pensada e não eliminada). Muitas são as forças a apontarem para todos os lados; trata-se de sua canalização para colocar o ser humano no centro.

Entendemos que toda essa *mistura*, aqui abordada, possibilita pensarmos numa concepção de desenvolvimento que fique próxima à complexidade humana. Assim, a questão não está em encontrar uma única e determinante resposta, mas vivenciar e aprender com a riqueza e a beleza desse mundo em que vivemos.

Bibliografia

- ANISTIA INTERNACIONAL. *Estados Unidos — Derechos para todos*. Madrid: EDAI, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *Desenvolvimento e meio ambiente*. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1992. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

- CANO, W. *Introdução à Economia: uma abordagem crítica*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CAPRA, F. *O tao da física*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- _____. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DUPAS, G. “Sobrevivência em risco”. *Folha de S. Paulo*, 02/02/99.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1968.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Brasil — a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HENDERSON, H. *Transcendendo a Economia*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- INTERNET. “O Canadá continua a ocupar o primeiro lugar no índice mundial de desenvolvimento humano”, 09/09/98.
- _____. “Human Development Index”.
- _____. “O último Relatório do Desenvolvimento Humano mede as carências humanas e o desenvolvimento para países de todo o mundo”.
- JB ON LINE. “FH anuncia Lafer para a pasta do Desenvolvimento.”, 23/12/98.
- KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez, 1998.
- LUXEMBURG, R. *Acumulação do Capital*. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Vol. II)
- MAGALHÃES, J. P. A. *Paradigmas econômicos e desenvolvimento — a experiência brasileira*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- MORIN, E. *O Método I*. 2.ed. Mira-Sintra: Europa-América, [ca. 1980].
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. Instituto Piaget, 1990.
- _____, KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- PINTO, A., FREDES, C., MARINHO, L. C. *Curso de Economia*. São Paulo: Unilivros, 1980.
- PROGRAMA das NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. “Relatório do Desenvolvimento Humano — 1998”. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa e Trinova, 1998.
- PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

TRINDADE, A. A. C. *A proteção internacional dos direitos humanos — fundamento jurídicos e instrumentos básicos*. São Paulo: Saraiva, 1991.

VASCONCELLOS, M. A. S., GREMAUD, A. P., TONETO JUNIOR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 1996.